



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo.

ROSICLÉA OLIVEIRA DA SILVA, Vereadora que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, vem com o devido acatamento perante Vossa Excelência a fim de apresentar o incluso **PROJETO DE LEI**, a ser objeto de apreciação em plenário, a lei que *Institui reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos editais de licitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados no âmbito administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.*

O projeto em análise tem o objetivo de auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, para que tenham acesso ao mercado de trabalho.

Infelizmente, em nosso município, há mulheres passando diariamente por situações de violência. Dados mostram que entre junho de 2021 e março de 2023, foram atendidas 104 mulheres vítimas de violência em Campo Largo. Hoje, 19 mulheres estão em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos).

A grande maioria destas mulheres são classificadas em situação de vulnerabilidade econômica, sendo também dependentes financeiras do seu parceiro/agressor.

Para estas mulheres, buscamos dar oportunidade para que consigam a independência financeira para sair da situação de violência, com a vida estabilizadas, acabando com o vínculo da dependência econômica junto ao agressor.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ



Deste modo, sabendo que o Poder Público realiza a contratação de empresas terceirizadas para realizadas diversas atividades (exemplo de atendentes), busca-se a criação de uma norma que garanta no mínimo 10% das vagas destinadas às mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar.

Enquanto Poder Público, precisamos criar meios de ajudar estas munícipes que pedem por socorro, sendo, portanto, de extrema importância a aprovação desta Lei. Inclusive, já diversos municípios pelo país que possuem tal normativa, além do PL 2595/2019, de mesmo tema, que tramita em esfera federal.

Por estas razões, espera-se de Vossa Excelência, pelos fundamentos alinhados, com a sujeição da matéria às comissões competentes, após ser ouvido o Plenário que, no final, seja aprovado o **PROJETO DE LEI** em apreço.

Nestes termos,

Pede Deferimento

Campo Largo, 08 de maio de 2023.


Cléa Oliveira

Vereadora